

A terceira via (im)possível

José Dirceu

Insight Inteligência, n.112, abril de 2026

A cada novo ciclo eleitoral, ou mesmo a cada recado emitido pelas pesquisas de opinião, quando se reafirma a presença de duas forças claramente antagônicas e protagonistas do debate público, não poucas vozes ressurgem inconformadas com o que consideram um “aprisionamento” do Brasil à polarização. Em geral, trata-se de um expediente usado por parcelas consideráveis das elites econômicas, do mercado financeiro e de setores da mídia tradicional, queixosas da impossibilidade de uma “terceira via” — invariavelmente apresentada como uma alternativa equilibrada, moderada, sensata, supostamente capaz de liberar o país da polarização política e partidária. Esse lamento não chegava a ter a mesma força no período em que a política brasileira se dividia entre o PSDB de Fernando Henrique Cardoso e o PT de Luiz Inácio Lula da Silva; primeiro sob os dois mandatos tucanos, depois nos anos sob a liderança de Lula e Dilma Rousseff. A queixa se tornou aguda quando o PSDB foi dragado pelo bolsonarismo, sobretudo após o golpe contra Dilma, em 2016, e a ascensão de Jair Bolsonaro e da extrema direita brasileira, em sintonia com um movimento mais amplo de regressão no mundo. No pano de fundo, estão tanto a crítica severa à polarização quanto o inconformismo com a longevidade do projeto liderado pelo PT, apesar dos muitos anos em que Lula, o PT e a esquerda estiveram sob ataque permanente.

É preciso questionar essa visão. A começar pela equivocada crítica à polarização. Há um erro recorrente na forma como parte do debate público interpreta o momento brasileiro ao tratar como “polarização” aquilo que, na verdade, é expressão de um processo mais profundo de politização da sociedade. Polarização, no sentido estrito, sugere um confronto artificial, inflado por discursos extremos, que dividiria o país de maneira irracional ou inconciliável. Se é verdade que há um elemento típico da definição clássica de polarização — a dificuldade de diálogo entre grupos mais extremados —, também é verdade que o que se observa no Brasil é outra coisa: amplos setores da população passaram a identificar com maior clareza os interesses em disputa, a reconhecer que decisões econômicas e políticas têm consequências diretas sobre suas vidas e a se posicionar a partir dessa compreensão.

Diferentemente do que muitos pensam, isso é sinal de vitalidade política, de politização em alto grau da sociedade. O problema não está na existência de posições distintas e firmes, mas na tentativa de desqualificar essa consciência como se fosse mero radicalismo. Ao rotular como “polarização” aquilo que é, na essência, politização, busca-se obscurecer o conflito real entre projetos de país e, com isso, abrir espaço para soluções aparentes que evitam enfrentar as contradições estruturais.

A fantasia recorrente do centro

O segundo ponto crítico é justamente a aspiração permanente de uma terceira via em determinados segmentos. Esse fenômeno acompanha, com linguagens diferentes, praticamente todo o período recente da democracia brasileira, sobretudo quando as elites se veem diante da necessidade de arbitrar entre a preservação de seus interesses históricos e a exigência de administrar, sem rupturas abertas, a crescente insatisfação social produzida pelo próprio modelo econômico que defendem. O problema, porém, é que a realidade histórica, em especial a brasileira, não costuma oferecer muito espaço para esses artifícios quando a

disputa deixa de ser apenas eleitoral e passa a expressar contradições sociais, econômicas e geopolíticas mais profundas. É exatamente isso que ocorre no Brasil de hoje.

O cenário eleitoral deste ano tornou essa realidade particularmente visível. Assistimos a uma profusão de pré-candidaturas, ensaios, balões de ensaio, especulações e movimentos de bastidor em torno da construção de uma alternativa ao mesmo tempo distinta do lulismo e separada do bolsonarismo, mas aceitável para o andar de cima, para o grande empresariado, para o capital financeiro e para os núcleos de poder que insistem em imaginar o país como se fosse possível conduzi-lo a partir de uma fórmula de centro liberal, sem tocar nas estruturas que produzem desigualdade, dependência e bloqueio ao desenvolvimento. O destino dessas tentativas foi desabonador para elas.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, que durante meses foi tratado como solução de recâmbio de parte da direita, acabou recuando e reafirmando sua candidatura à reeleição em São Paulo, enquanto o próprio bolsonarismo tratava de reabsorvê-lo politicamente e recordar que, sem a tutela de Bolsonaro, ele simplesmente não existe como polo nacional autônomo. Em setembro de 2025, Tarcísio declarou publicamente que era candidato à reeleição paulista e negou aval de Bolsonaro para uma corrida presidencial, em movimento que foi lido, com razão, como recuo e reintegração ao campo bolsonarista.

A aventura Tarcísio terminou, portanto, antes de se consolidar, não porque lhe faltassem apoios no interior do empresariado, da imprensa ou de setores do Centrão, mas porque sucumbiu ao dado decisivo da política brasileira contemporânea: a direita que se pretendia moderna, gerencial, tecnocrática e palatável descobriu que não consegue romper com o bolsonarismo sem perder a base social, política e simbólica que lhe dá sustentação; e, se não rompe, não passa de uma variação mais polida do mesmo fenômeno. Esse é um ponto essencial para compreender o impasse da terceira via. Ele está longe de se resumir à fragilidade de nomes com potencial eleitoral. Trata-se da ausência de um projeto autônomo de poder e, mais ainda, de um lugar estrutural próprio na luta de classes e na disputa pela hegemonia nacional.

Algo semelhante ocorreu com o governador do Paraná, Ratinho Júnior. Ainda que, em meses anteriores, aparecesse como alternativa possível no interior da centro-direita e, mais recentemente, tenha voltado a ser tratado como favorito interno no PSD, sua trajetória nacional esbarrou nas contradições de sua base regional, nas necessidades de sua própria reprodução local de poder e na dificuldade de transformar viabilidade estadual em liderança nacional. Houve momentos em que seu nome pareceu crescer pela hesitação de Tarcísio e pela busca de um substituto viável no campo conservador, mas a própria dinâmica da disputa revelou a limitação desse movimento. Em outubro de 2025, lideranças do PP diziam ver Tarcísio e Ratinho como nomes viáveis para 2026; já no fim de março de 2026, enquanto escrevo este artigo, o PSD formalizou Ronaldo Caiado como seu nome, sem que isso signifique a consolidação de uma candidatura nacional majoritária capaz de reorganizar o sistema político. O que se viu, na prática, foi uma tentativa de sobrevivência cuja ambição nacional permaneceu submetida às conveniências locais e às negociações internas de aparato.

No mesmo quadro, outras candidaturas seguem tentando respirar, mas com densidade política e social extremamente reduzida. São nomes que orbitam as pesquisas, as colunas de bastidor e as especulações do sistema político, mas não conseguem se afirmar como expressão de um projeto nacional dotado de base social, coerência programática e capacidade real de polarização. Um dado expressivo dessa debilidade é que, mesmo carregando o passivo político, ideológico e moral do bolsonarismo, a própria candidatura de Flávio Bolsonaro se mostra, nesse campo, mais robusta do que todas essas alternativas intermediárias. Em março de 2026, pesquisas noticiadas pela imprensa já registravam Flávio Bolsonaro à frente de

outros nomes da direita em cenários testados, inclusive deixando Ratinho Júnior, Ronaldo Caiado, Romeu Zema e Eduardo Leite em patamares muito inferiores. Ou seja: até mesmo a candidatura derivada diretamente do núcleo familiar e político do bolsonarismo revela mais organicidade do que o conjunto das tentativas de “centro”. Isso diz muito sobre a natureza do impasse.

Dois projetos, não três

Reduzir o problema à sucessão de nomes fracos seria um erro de análise. A terceira via não fracassa apenas porque lhe faltam líderes carismáticos, estruturas partidárias robustas ou *timing* eleitoral. Ela fracassa porque a polarização brasileira não é um acidente de percurso ou uma fabricação retórica, muito menos um efeito psicológico do debate público. Ela é a expressão política de uma disputa histórica mais profunda entre projetos econômicos, sociais e nacionais distintos. Em outras palavras, pouco importa se há apenas dois, ou mais do que isso — três, quatro ou mais — nomes em disputa. Porque a disputa política de fato está entre dois modelos radicalmente distintos.

De um lado, temos o campo liberal em suas diferentes gradações, do conservadorismo institucional à extrema direita, todos unificados, apesar das diferenças, pela defesa do mesmo núcleo de política econômica: centralidade do mercado, subordinação do Estado às exigências do capital financeiro, manutenção do rentismo como mecanismo de extração permanente da renda nacional, compressão do investimento público, reprimarização produtiva, privatização de ativos estratégicos, baixa capacidade de planejamento, dependência tecnológica e aceitação passiva de uma inserção subordinada do Brasil na economia mundial, sob hegemonia dos Estados Unidos — e, mais do que isso, sob hegemonia do trumpismo. Afinal, não é demais lembrar que, no episódio do tarifaço, a direita brasileira, em todas as suas vertentes, não se opôs à flagrante ingerência norte-americana. Uma parte trabalhou abertamente contra o Brasil, enquanto outra ficou envergonhada e em silêncio. Esse modelo liberal que une direita e extrema-direita é gerador de desigualdades, hostil às classes populares e submisso a interesses poderosos.

De outro lado, afirma-se o campo democrático-popular, cuja expressão política principal é o PT e cuja liderança central segue sendo Lula, não apenas como alternativa eleitoral, mas como portador de um projeto histórico que combina desenvolvimento com inclusão social, reconstrução do papel do Estado como indutor do crescimento, retomada do investimento público, fortalecimento dos bancos e empresas estatais, política industrial ativa, aposta estratégica em ciência, tecnologia e inovação, reindustrialização em novas bases produtivas e ambientais, valorização do trabalho e ampliação de direitos, reforma das estruturas que sustentam a desigualdade e afirmação da soberania nacional em um mundo em transformação. Trata-se, portanto, de um projeto que não se limita a gerir a economia, mas busca reorganizar suas bases, ampliando o mercado interno, elevando a produtividade, integrando o país às cadeias globais de valor de forma soberana e reconstruindo a capacidade do Brasil de decidir seu próprio destino.

É exatamente aqui que a ilusão da terceira via se desfaz. Porque ela se apresenta como terceira, mas, no terreno decisivo, o do modelo econômico e do lugar do Brasil no mundo, permanece integrada ao primeiro campo. Pode ter diferenças de forma em relação à extrema direita, pode se distinguir em linguagem institucional, em modos de gestão ou em postura internacional, mas não rompe com a espinha dorsal do neoliberalismo. E é precisamente essa espinha dorsal que está em disputa. O Brasil não vive, portanto, um embate entre radicalismos equivalentes, entre dois extremos que precisariam ser moderados por um centro virtuoso. Vive, isto sim, uma disputa entre dois projetos econômicos e nacionais radicalmente distintos: um projeto liberal, compartilhado pela direita democrática e pela extrema direita,

com todas as suas diferenças internas; e um projeto democrático-popular, liderado pelo PT e por Lula, que recoloca no centro o desenvolvimento, a soberania, a justiça social e o papel estratégico do Estado.

A crise do neoliberalismo e o esgotamento da “terceira via”

Essa clivagem, aliás, não é apenas brasileira. Ela deve ser situada no quadro maior da crise do capitalismo contemporâneo e da falência histórica da promessa neoliberal. Desde os anos 1980, e mais intensamente após o fim da Guerra Fria, o mundo assistiu à consolidação de um modelo fundado na desregulamentação, na financeirização, nas privatizações e na compressão do Estado social. Em sua fase posterior, esse modelo se sofisticou ideologicamente sob o nome de “terceira via”, sobretudo na Europa, com Tony Blair, Gerhard Schröder e a adaptação da social-democracia ao novo ciclo do capitalismo. Anthony Giddens procurou dar a essa inflexão um tratamento teórico, como se fosse possível compatibilizar a hegemonia dos mercados financeiros e da globalização neoliberal com políticas de coesão social e modernização progressista. O balanço histórico desse experimento é amplamente conhecido: a social-democracia aceitou os marcos fundamentais do neoliberalismo, perdeu vínculo com sua base histórica, enfraqueceu o mundo do trabalho organizado, ajudou a corroer o Estado de bem-estar e abriu espaço para o crescimento posterior da extrema direita.

No caso brasileiro, essa experiência nunca poderia ser transplantada de forma linear, porque aqui a desigualdade é estrutural, o subdesenvolvimento é histórico e a formação social é marcada por uma herança colonial-escravista que combina concentração de terra, renda, poder político e violência social. Ainda assim, a tentativa de construir um centro liberal modernizante reapareceu inúmeras vezes, sempre sob a mesma premissa: preservar a racionalidade do mercado, manter intactos os pilares da macroeconomia favorável ao rentismo e oferecer, em compensação, alguma dose de gestão eficiente, programas focalizados e discurso de responsabilidade institucional. O problema é que esse arranjo não responde à questão central do Brasil. E a questão central do Brasil é o desenvolvimento com inclusão social.

Nos documentos que orientam o debate programático do PT e a reflexão estratégica recente da esquerda brasileira, essa questão aparece com clareza. O momento histórico atual é definido não como uma crise final do capitalismo, mas como uma crise profunda de reconfiguração da ordem mundial, em que se confrontam, de um lado, regressão autoritária e financeirização predatória e, de outro, a possibilidade de reconstrução democrática e de projetos nacionais de desenvolvimento soberano. Isso muda tudo. Porque, se a crise não conduz automaticamente a uma ruptura de sistema, ela exige, sim, uma estratégia concreta de defesa da democracia, da soberania nacional e da reorganização das bases materiais do desenvolvimento. E é exatamente isso que diferencia o campo democrático-popular da fantasia centrista.

Desenvolvimento, soberania e reconstrução do Estado

O Brasil só poderá superar seu impasse histórico se romper com a combinação perversa entre desigualdade estrutural, desindustrialização, dependência tecnológica e hegemonia rentista. O país precisa decidir se seguirá como economia subordinada às oscilações do mercado internacional, exportadora de *commodities*, capturada pelo rentismo e incapaz de organizar um ciclo sustentado de investimento e produtividade, ou se reconstruirá um caminho de desenvolvimento ancorado em Estado, indústria, tecnologia, ciência, infraestrutura e inclusão social.

É por isso que a defesa de um projeto nacional de desenvolvimento não é nostalgia desenvolvimentista, nem voluntarismo estatista, tampouco repertório dos anos 1950 transplantado mecanicamente para o século XXI. Ao contrário. Hoje, mais do que em qualquer outro momento recente, soberania significa capacidade produtiva, tecnológica, energética, digital e informacional. O mundo entrou em um período em que o controle de tecnologia, dados, cadeias produtivas estratégicas, capacidade militar, energia e infraestrutura é condição elementar de autonomia nacional. Os países que renunciaram a isso tornaram-se territórios administrados pela lógica do capital global. Os que preservaram ou reconstruíram capacidade estatal e tecnológica ampliaram margem de manobra e influência.

O Brasil tem condições extraordinárias para ocupar outro lugar nessa disputa. É um país continental, com vasta base de recursos naturais, mercado interno expressivo, capacidade agrícola, patrimônio energético, sistema financeiro sofisticado, universidades, centros de pesquisa, empresas estratégicas e tradição diplomática. Mas nada disso se converterá automaticamente em desenvolvimento. Sem Estado, sem planejamento, sem coordenação do investimento, sem política industrial e tecnológica, sem bancos públicos fortes, sem empresas estatais atuando como alavancas do desenvolvimento, o país continuará oscilando entre surtos de crescimento e recaídas estruturais na estagnação. A ambição do desenvolvimento exige elevar de forma sustentada a formação bruta de capital fixo, ampliar a capacidade de investimento do Estado, fortalecer bancos públicos e recolocar empresas estratégicas como a Petrobras no centro de uma estratégia de soberania energética, inovação e conteúdo nacional.

Isso significa enfrentar diretamente o rentismo. E aqui está outro ponto em que a terceira via se revela impossível, porque nenhuma candidatura de centro liberal, ou nenhuma solução intermediária inventada para organizar o sistema político, está disposta a mexer seriamente nas estruturas de apropriação da renda nacional pelo capital financeiro. A economia brasileira segue organizada por juros estruturalmente elevados, por drenagem do orçamento público para o serviço da dívida, por renúncias fiscais muitas vezes desprovidas de contrapartida, por um Banco Central que historicamente operou mais como guardião da remuneração dos detentores de riqueza do que do emprego e do desenvolvimento, e por uma macroeconomia que penaliza o investimento produtivo e favorece a especulação. A despesa financeira com juros e serviços da dívida consome parcela gigantesca do fundo público e funciona como mecanismo permanente de transferência de renda da sociedade para os detentores de ativos financeiros. Enquanto isso não for enfrentado, qualquer projeto de desenvolvimento continuará manco.

Mas não basta criticar o rentismo. É preciso propor alternativa. E a alternativa é a reconstrução do papel estratégico do Estado. Não do Estado mínimo da cartilha neoliberal, nem do Estado patrimonialista, capturado por interesses privados e oligárquicos, mas de um Estado democrático, planejador, indutor do investimento, articulador de políticas produtivas, sociais, tecnológicas e territoriais. Um Estado capaz de decidir prioridades nacionais, coordenar recursos públicos e privados, sustentar infraestrutura, orientar a política industrial, organizar a transição energética e mobilizar a inteligência nacional em torno de objetivos de longo prazo. O debate programático recente da esquerda brasileira vai exatamente nessa direção, ao recolocar como eixos estruturantes a reconstrução do papel do Estado, a retomada do crescimento com distribuição de renda e a transição produtiva, tecnológica e ambiental.

Inovação, neoindustrialização e novo ciclo

É nesse ponto que precisamos dedicar atenção especial à inovação tecnológica. Durante muito tempo, parte do debate econômico brasileiro tratou tecnologia como derivado quase espontâneo do crescimento ou como questão restrita ao mundo empresarial. Isso é um erro histórico. No século XXI, a soberania tecnológica é parte da soberania nacional. Sem

domínio em áreas estratégicas como semicondutores, software, inteligência artificial, fármacos, biotecnologia, energia, defesa cibernética e infraestrutura digital, o país seguirá dependente. Convém, portanto, defender a seleção de prioridades de inovação em setores que perpassam horizontalmente a produção e o conhecimento, como semicondutores, software, inteligência artificial e complexo industrial da saúde. Essa agenda é central em um novo projeto de desenvolvimento.

Da mesma forma, a reindustrialização de que precisamos não é a simples volta à antiga indústria nacional, nem uma reposição nostálgica do parque produtivo do século XX. Ela deve ser uma neointustrialização articulada à transição energética, à digitalização, ao adensamento de cadeias produtivas e à agregação de valor. A Nova Indústria Brasil, o PAC e a transição energética devem ser corretamente apontados como pilares de um novo ciclo. Eles podem recolocar o país em rota de desenvolvimento sustentado, desde que não sejam tratados como políticas setoriais isoladas, mas como partes de uma estratégia nacional, integrada e coerente.

Essa estratégia, no entanto, não será construída sem conflito. Aqui reside outra ilusão da terceira via: supor que seja possível reorganizar o desenvolvimento brasileiro sem enfrentar os interesses que lucram com a estagnação produtiva, com a compressão do investimento público, com a desorganização do sistema político e com a captura do orçamento público. Um projeto nacional de desenvolvimento exige enfrentamento ao bloco rentista-autoritário, reforma tributária progressiva, revisão das renúncias fiscais, reorientação da política monetária, fortalecimento dos bancos públicos, democratização do sistema político e mobilização social que dê sustentação a essas mudanças. É preciso tanto enfrentar o bloco rentista-autoritário quanto combinar ação institucional com organização das classes trabalhadoras e dos novos contingentes do mundo do trabalho.

É também por isso que a disputa contra a extrema direita não se resume a uma batalha moral ou jurídica, embora ambas sejam importantes. A extrema direita é expressão da crise do neoliberalismo e da regressão civilizatória que ela produziu. Cresce sobre a insegurança social, o endividamento das famílias, a fragmentação do trabalho, a precarização das condições de vida e a desorganização da esperança coletiva. Combatê-la exige derrotá-la politicamente, sim, mas também enfrentar as bases materiais que a alimentam. Significa recolocar o trabalho no centro, ampliar direitos, reduzir jornada, recuperar o sentido de comunidade nacional, disputar a cultura e reorganizar o vínculo entre Estado e povo. Não por acaso, há um importante debate na esquerda que sustenta que a fragmentação do mundo do trabalho não elimina a centralidade das classes trabalhadoras, apenas reconfigura suas formas de organização e luta.

A eleição e a escolha histórica

Nesse sentido, a eleição deste ano não será um pleito comum. Ela se apresenta como parte de uma disputa mais ampla sobre o futuro do país. De um lado, a tentativa de reorganização do campo conservador, entre o bolsonarismo explícito — representado ou tutelado por Flávio Bolsonaro — e seus sucedâneos mais moderados, incapazes de romper com sua base econômica e política. De outro, a necessidade de consolidar uma maioria democrática e popular em torno de um projeto de desenvolvimento, soberania e transformação social. Isso exige, evidentemente, alianças políticas amplas em defesa da democracia, inclusive com setores que não compartilham integralmente nosso horizonte programático. Do lado do campo progressista, isso requer fazer a distinção correta entre alianças táticas, necessárias para derrotar a extrema direita, e a autonomia estratégica do projeto democrático-popular. Essa distinção é decisiva. Não significa diluir o programa em nome da governabilidade, nem confundir unidade democrática com subordinação ao centro liberal.

A chamada terceira via, vista desse ângulo, aparece menos como solução e mais como sintoma. Sintoma do desconforto das elites diante de uma polarização que as obriga a escolher entre a regressão autoritária e a retomada de um projeto nacional com distribuição de renda. Sintoma da incapacidade de construir hegemonia apenas pelo consenso passivo do mercado. Sintoma, enfim, da tentativa de evitar o debate essencial: quem comandará o Estado brasileiro, em benefício de quais interesses e em torno de qual projeto de desenvolvimento.

Por isso, a terceira via é, no fundo, impossível. Não porque não possam existir candidaturas de centro, nem porque os arranjos eleitorais estejam previamente fechados, mas porque não existe, nas condições históricas atuais, um terceiro projeto de país dotado de base social, coerência econômica e viabilidade estratégica. O que existe são diferentes expressões do campo liberal, algumas mais civilizadas no trato institucional, outras abertamente reacionárias, mas todas comprometidas com a preservação de um modelo econômico que bloqueia o desenvolvimento nacional. E existe, do outro lado, um projeto democrático-popular que, com todas as suas contradições, é o único que recoloca no centro as tarefas históricas do Brasil: soberania, desenvolvimento, reindustrialização, democracia, redução da desigualdade, transição energética e reconstrução do Estado.

A conclusão, portanto, não pode ser ambígua. O Brasil não está diante de três caminhos equivalentes. Está diante de uma escolha histórica entre dois modelos econômicos e dois projetos de nação. Um modelo liberal, partilhado pela extrema direita e pela direita democrática, que naturaliza a financeirização, a dependência e a desigualdade. E um modelo liderado pelo PT e por Lula, que aposta no Estado, no investimento, na política industrial, na inovação tecnológica, na transição ecológica, na valorização do trabalho e na soberania nacional. É nesse terreno que se decidirá a eleição deste ano. E é nesse terreno, não no das ilusões centristas, que se decidirá também o futuro do Brasil.

O autor é ex-ministro-chefe da Casa Civil, ex-deputado federal e ex-deputado estadual pelo estado de São Paulo

dirceuopinioao@gmail.com